

MARIA LÚCIA AMARAL

# A FORMA DA REPÚBLICA

UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO  
DO DIREITO CONSTITUCIONAL

.....

2.<sup>A</sup> EDIÇÃO  
REIMPRESSÃO DA 1.<sup>A</sup> EDIÇÃO

 **GESTLEGAL**

# ÍNDICE DE MATÉRIAS

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO

#### *A constituição como ordem, como lei e como norma*

1. A constituição como <i>ordem</i> .....	11
1.1. Um termo muito antigo.....	11
1.2. O significado do termo antigo e significado do termo moderno.....	13
1.3. A acepção ampla da palavra: a ordem fundamental de uma comunidade política.....	14
1.3.1. Os problemas de definição da comunidade “política” .....	14
1.3.2. A constituição como ordem fundamental de uma comunidade política .....	18
2. A constituição como <i>lei</i> .....	19
2.1. Um documento escrito com autor e data .....	19
2.2. Uma ordem fundamental decretada e legitimada por um poder constituinte.....	21
2.3. Uma ordem jurídica fundamental do Estado e da soberania.....	26
3. A constituição como <i>norma</i> . <i>O ideal “racional-normativo” de constituição</i>	33

## CAPÍTULO II

### O CONSTITUCIONALISMO E AS ORIGENS DA CONSTITUIÇÃO DE 1976

1. Os significados do termo “constitucionalismo” .....	39
2. O “constitucionalismo” ou a ideia do governo moderado. <i>Da teoria da constituição mista ao programa do constitucionalismo moderno</i> .....	42
2.1. A teoria da constituição mista.....	42
2.2. O programa do constitucionalismo moderno. Nove postulados .....	44



3. Os constitucionalismos .....	54
3.1. Tradição anglo-saxónica e mundo europeu-continental .....	54
3.1.1. Uma observação empírica .....	54
3.1.2. A Europa continental, hoje: continuação da observação empírica	56
3.1.3. A compreensão das diferenças entre constitucionalismo	
anglo-saxónico e consitucionalismo europeu continental. Alguns	
tópicos .....	57
3.2. O nosso mundo: do Estado de Legalidade ao Estado Constitucional...	66
3.2.1. O Estado-de-legalidade: necessidades históricas e possibilida-	
des teóricas .....	67
3.2.2. O Estado constitucional. Uma diferente concepção do Direito...	73
4. As origens da Constituição de 1976 e o desenvolvimento do Estado Cons-	
titucional em Portugal .....	81
4.1. O Estado Novo .....	81
4.2. O pacto inicial da Constituição .....	85
4.3. As revisões constitucionais .....	87

### CAPÍTULO III

#### O SISTEMA NORMATIVO DA CONSTITUIÇÃO

1. A força normativa da constituição .....	93
2. Pressupostos internos e externos da força normativa da constituição: princí-	
pio democrático, liberdade de conformação política do legislador e “vontade”	
social de aceitação da constituição .....	96
2.1. Normatividade por imposição do texto? .....	96
2.2. Pressupostos “internos”: princípio democrático e liberdade de confor-	
mação do legislador .....	98
2.3. Pressupostos externos: a cultura social e a aceitação da constituição ..	101
3. O sistema normativo da constituição. Regras e princípios .....	102
4. A interpretação da constituição .....	109

### CAPÍTULO IV

#### A FORMA DA REPÚBLICA. UM ESTADO DE DIREITO, DEMOCRÁTICO, UNITÁRIO E EMPENHADO NO REFORÇO DA IDENTIDADE EUROPEIA

1. Os princípios fundamentais da constituição .....	119
1.1. Os princípios gerais do sistema .....	119



## ÍNDICE DE MATÉRIAS

1.2. Os princípios gerais do sistema e os princípios constitucionais. As suas diferentes funções .....	122
1.3. Os princípios fundamentais da constituição. Conceito.....	124
2. A Forma da República. <i>Um Estado de direito, democrático, unitário e empenhado no reforço da identidade europeia</i> .....	127
3. O princípio do Estado de direito democrático.....	129
3.1. A primazia do princípio e os problemas de determinação do seu conteúdo.....	129
3.2. A raiz do princípio. Elementos históricos e comparativos.....	133
3.3. Positivização de princípios e construções doutrinárias.....	136

## CAPÍTULO V

### O PRINCÍPIO DO ESTADO DE DIREITO

1. As primeiras origens. Estado de direito, Estado de não direito e “soberania” da lei .....	139
2. A génese do princípio. O “Rechtsstaat” e o Estado liberal clássico.....	141
2.1. Formulação filosófica, concepção formal e concepção material.....	141
2.2. Kant e a formulação filosófica .....	142
2.3. O primeiro uso do termo.....	145
2.4. A construção “técnico-jurídica” do princípio. Legalidade da administração e independência do poder judicial.....	147
3. O conceito material de Estado de direito e a CRP .....	150
3.1. O entendimento contemporâneo do princípio. As razões da sua materialidade.....	151
3.2. O entendimento contemporâneo do princípio. Uma proposta de definição .....	152
4. Elementos formais. <i>Separação de poderes, constitucionalidade das leis, legalidade da administração e independência do poder judicial</i> .....	154
5. Elementos materiais.....	162
5.1. Dignidade da pessoa humana.....	162
5.2. Liberdade .....	167
5.3. Justiça.....	169
5.3.1. As dificuldades de determinação do conteúdo do princípio e o método da sua abordagem .....	169
5.3.2. A justiça como igualdade.....	170
5.3.3. A justiça como igualdade na CRP .....	172



5.3.4. As tensões existentes entre a cláusula de “justiça” como igualdade e o princípio do pluralismo.....	175
5.4. Segurança .....	177
5.4.1. Definição geral .....	177
5.4.2. Publicidade dos actos estaduais e determinabilidade do seu conteúdo .....	179
5.4.3. Protecção da confiança legítima .....	180
5.4.4. Proibição do excesso .....	184

## CAPÍTULO VI

### O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO

1. Um problema de método.....	191
2. O conceito constitucional de democracia.....	194
3. Um léxico constitucional.....	197
4. Soberania popular .....	199
4.1. Soberania nacional e soberania popular .....	199
4.2. Dimensão negativa e dimensão positiva do princípio da soberania popular.....	204
5. A regra da maioria.....	207
5.1. Definição .....	207
5.2. Fundamentação.....	210
5.3. As minorias .....	215
6. O voto .....	220
6.1. Definição .....	220
6.2. Três modelos ideais de voto. A escolha da CRP.....	221
6.3. Os requisitos do voto. O voto universal, igual, directo, secreto e periódico.....	223
6.4. Voto maioritário e voto proporcional.....	227
7. A representação política .....	229
7.1. Conceito.....	229
7.2. Fundamentação.....	234
7.2.1. O problema .....	234
7.2.2. A História. Do mandato imperativo ao mandato representativo...	235
7.2.3. A fundamentação teórica durante o Estado liberal clássico .....	238



7.2.4. O “Estado-de-partidos” e os problemas da fundamentação contemporânea.....	241
7.2.5. As soluções da CRP. Razão de sequência.....	248
8. O referendo.....	253
8.1. Noção.....	253
8.2. Regime.....	255
8.3. Fundamento.....	261
9. O processo de formação da vontade popular. <i>Partidos, grupos e opinião..</i>	264
9.1. Estado e sociedade.....	264
9.2. O espaço público.....	268
9.3. Partidos, grupos e opinião.....	271
9.4. Os limites do pluralismo.....	281
10. Democracias parlamentares e democracias presidenciais. A escolha da CRP	289
10.1. Razão de sequência.....	289
10.2. Democracias parlamentares e democracias presidenciais.....	291
10.3. A escolha da CRP.....	305
11. Conclusão. <i>Condições da democracia e Estado de direito democrático.....</i>	313

CAPÍTULO VII

**ESTADO UNITÁRIO, EMPENHADO NO REFORÇO  
DA IDENTIDADE EUROPEIA**

1. Processos federativos contemporâneos.....	321
1.1. Uma compreensão adequada da soberania.....	321
1.2. Os antecedentes históricos. Estados Unitários e Estados Federais; Confederações de Estados, Organizações Supranacionais e Regiões.....	328
1.2.1. Os antecedentes históricos.....	328
1.2.2. Os conceitos. Estado Unitário, Federação de Estados e Confederações de Estados.....	333
1.2.3. Processos federativos contemporâneos. A organização supranacional e a região.....	342
2. A República face à descentralização interna. O artigo 6.º da CRP.....	359
2.1. Forma da República e forma de Estado. As relações entre o artigo 2.º e o artigo 6.º da CRP.....	359

## A FORMA DA REPÚBLICA

•

2.2. A obrigação consitucional de descentralizar. Seu conteúdo e limites ....	367
2.3. A descentralização política. O “regime autonómico insular”.....	369
2.4. A descentralização administrativa. Fundamentos constitucionais do poder local.....	378
3. A República face à integração europeia. Artigos 7.º e 8.º da CRP.....	390
3.1. Um princípio fundamental. Integração europeia e sistema de fontes....	390
3.2. Um quadro normativo fragmentário. Artigos 7.º e 8.º da CRP .....	394
3.3. A política e o direito .....	397
3.4. A estrutura compósita da União. Federalismo jurídico e confederação política.....	398
3.5. O compromisso europeu e as suas condições: artigo 7.º, n.º 6, da CRP..	406
3.6. Direito comunitário e direito constitucional. Constituição europeia e Constituição nacional.....	413

•



**GESTLEGAL**

[www.gestlegal.pt](http://www.gestlegal.pt) • [editora@gestlegal.pt](mailto:editora@gestlegal.pt)